

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000
Ditas por semestre 10\$000
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Decretos de 23 de Fevereiro:
Exonerando o Governador Civil do distrito de Lisboa e promovendo o referido cargo.
Concedendo a exoneração do respectivo cargo ao inspector do corpo de polícia do Pôrto.
Portaria de 21 de Fevereiro, louvando o cidadão António Ferreira dos Santos Gomes por serviços relevantes prestados à instrução popular.
Portaria de 23 de Fevereiro, mandando que não seja posta em execução a portaria de 20 de Janeiro, sobre exames de admissão nas escolas de ensino normal.
Rectificação à data dos despachos sobre criação e conversão de escolas primárias, publicados no *Diário* n.º 43.
Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.
Rectificações ao anúncio de concurso para provimento de escolas publicado no *Diário* n.º 43.
Despacho retirando duas escolas do concurso anunciado no *Diário* n.º 35.
Decreto de 10 de Fevereiro, provendo o lugar de professor do 5.º grupo do Liceu Central de Leiria.
Portaria de 7 de Fevereiro, provendo um lugar de segundo assistente da 4.ª classe da Faculdade de Medicina de Lisboa.
Portaria de 13 de Fevereiro, provendo um lugar de segundo assistente provisório da 3.ª secção do 2.º grupo da Faculdade de Ciências de Coimbra.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Aviso acerca da caducidade da licença referente ao estabelecimento duma fábrica de pólvora no lugar do Ingote, concelho de Coimbra.
Despachos pela Direcção Geral da Assistência, sobre movimento de pessoal.
Habilitações para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.
Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.
Arrematações (Folha n.º 17, apensa ao *Diário* de hoje):
Lista n.º 9:585.—No dia 15 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens pertencentes à Junta de Paróquia da freguesia de Louriceira, situados no concelho de Santarém.
Lista n.º 9:586.—No dia 16 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens pertencentes à Junta de Paróquia da freguesia da Louriceira, situados no concelho de Santarém.
Lista n.º 9:587.—No dia 23 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens da Junta de Paróquia da freguesia de Louriceira, situados no concelho de Santarém.
Lista n.º 9:588.—No dia 23 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Leiria.—Bens de várias corporações, situados nos concelhos das Caldas da Rainha e Leiria.
Lista n.º 9:589.—No dia 25 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens da Albergaria das Almas da freguesia de Pontével, situados no concelho do Cartaxo.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Ordem do Exército n.º 1 (1.ª série), referida a 30 de Janeiro.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 18 (série A), referida a 30 de Novembro de 1911.
Portarias de 10 de Fevereiro, confirmando nos respectivos lugares um escrevente da capitania de Olhão e um cabo de mar da de Ponta Delgada.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Aviso acerca do indeferimento do pedido de registo duma mina de estanho situada no concelho de Bragança.
Decretos de 17 de Fevereiro:
Mandando que o arquivo dos documentos referentes ao serviço de propriedade industrial seja instalado no edificio da Repartição da Propriedade Industrial.
Determinando que o prazo para os pedidos de protecção dos inventos, desenhos e modelos industriais que concorrerem às exposições internacionais seja contado da data da abertura oficial das referidas exposições.
Portaria de 13 de Fevereiro, exonerando do respectivo cargo o intendente de sanidade pecuária do distrito de Évora, e collocando-o no lugar de auxiliar do intendente de sanidade pecuária do distrito de Beja.
Nova publicação, rectificada, do anúncio de concurso para preenchimento de vagas de médico-veterinários de 3.ª classe, inserto no *Diário* n.º 44.
Rectificação à lista dos candidatos admitidos ao concurso para primeiros oficiais do serviço telegráfico, publicada no *Diário* n.º 36.
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Nova publicação, rectificada, do decreto de 18 de Janeiro, que resolveu o recurso n.º 312, de 1910, vindo do Estado da Índia.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, propostas e projectos de lei:
Regulando a substituição dos juizes da Relação de Moçambique, nos seus impedimentos.

Concedendo uma pensão à mãe dum soldado da guarnição de Angola, falecido em virtude de doença adquirida em campanha.
Elevando a 14:200\$000 réis a verba autorizada para pagamento de gratificações aos funcionários que intervieram na investigação de crimes contra o regime.
Autorizando a concessão da quantia de 500:000\$000 réis para reparação dos estragos causados pelos recentes temporais no distrito de Santarém.

Senado da República Portuguesa, projecto de lei, reorganizando o ensino comercial.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdão n.º 13:806.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, anúncios para arrematação de terrenos, arrendamento dum lugar do Mercado Vinte e Quatro de Julho e arrematação de matos.
Junta do Crédito Público, editos para justificação do extravio de títulos.
Administração do concelho de Sousel, editais acerca da gerência das Confrarias das Almas e da Orada em 1910-1911.
Universidade do Pôrto, anúncio de concurso para provimento do lugar de guarda-preparador do laboratório químico da Faculdade de Ciências.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relação dos números premiados na 32.ª extracção da lotaria de 1911-1912; plano para a 40.ª extracção.
Provedoria Central da Assistência de Lisboa, aviso de que se recebem requerimentos de famílias rurais que queiram, mediante uma pensão, encarregar-se dum ou mais velhos ou menores indigentes; anúncio de concurso para o contracto duma professora de português para o Recolhimento do Calvário.
Presidência da Relação do Pôrto, anúncio de concurso para provimento do lugar de juiz municipal do julgador de Sabrosa.
Caixa Geral de Depósitos, mapa do movimento do fundo de viação municipal em Setembro de 1911.
Exploração do pôrto de Lisboa, anúncio para arrematação do serviço de transporte de passageiros dos paquetes para o Pôrto de Desinfecção.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
Capitania do pôrto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 55.—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Pôrto, em 21 de Fevereiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º n.º 4.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, exonerar do cargo de governador civil do distrito de Lisboa o Dr. Francisco Eusébio Lourenço Leão, que serviu com zelo, dedicação e intelligencia, e nomear para o mesmo cargo, por motivo urgente de serviço público, nos termos do artigo 46.º da lei de 9 de Setembro de 1898 com referência ao artigo 50.º da lei de 30 de Junho de 1893, o Dr. Manuel Nunes de Oliveira.

O referido cargo está autorizado no artigo 180.º do Código Administrativo de 6 de Maio de 1878 e dotado no capítulo 4.º, artigo 14.º, da tabela de despesas do Ministério do Interior.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 23 de Fevereiro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Silvestre Falcão*.

Usando da faculdade que me confere o n.º 1.º do artigo 47.º da Constituição da República Portuguesa, e atendendo ao que me representou o Ministro do Interior, hei por bem exonerar, por assim o ter requerido, do lugar de inspector do corpo de polícia do Pôrto o capitão médico José Maria Alves Ferreira.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paço do Governo da República, em 23 de Fevereiro de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Silvestre Falcão*.

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República os serviços prestados à instrução popular pelo cidadão António Ferreira dos Santos Gomes, proprietário em Aguiar do Sousa, concelho de Paredes, entre os quais avulta a oferta da casa da escola, mobília e material escolar para a escola daquela localidade: manda o mesmo Governo, pelo Ministro do Interior, que a quele benemérito cidadão se dê público testemunho de louvor,

pelo seu amor à causa da instrução, manifestada nos valiosos donativos que ofereceu.

Paços do Governo da República, em 21 de Fevereiro de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Considerando:

1.º O que, pelas comissões de instrução das duas Casas do Parlamento, foi representado ao Ministro do Interior acerca da legalidade da portaria de 20 de Janeiro próximo passado, que diz respeito a exames de admissão nas escolas de ensino normal.

2.º Os termos do parecer da Procuradoria Geral da República, pelo mesmo Ministro mandada ouvir, acréa da legalidade da mesma portaria;

3.º Que, da letra e do espirito dêse parecer se infere indubitavelmente a justificação do procedimento do mesmo Ministro, mandando proceder aos citados exames de admissão, como necessidade urgente de instrução popular e interpretação possível do espirito da lei, de que aquela portaria se diz o justo cumprimento; mas

4.º Considerando que mais dum mês vai decorrido sobre a publicação da mesma portaria, cuja execução se encontra suspensa, e que, desta forma, impossível se torna, por deficiência de tempo lectivo, a proveitosa leccionação das matérias que constituem a 1.ª classe das escolas de ensino normal:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que a portaria de 20 de Janeiro próximo passado, até agora suspensa, se não ponha em execução.

Paços do Governo da República, em 23 de Fevereiro de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Para os devidos efeitos se declara que são de 17 do corrente mês, e não de 22, como erradamente se publicou, os decretos que criaram as escolas mixtas no lugar de Brancelhe, freguesia de Mosteiro, concelho de Viera, e Valverdinho, freguesia de Casteleiro, concelho do Sabugal; femininas, na freguesia de Codeceiro, concelho da Guarda, e S. Facundo, concelho e círculo escolar de Abrantes, bem como a conversão em mixta da escola primária masculina da freguesia de Aveiras de Baixo, concelho de Azambuja, que no *Diário do Governo* n.º 43, de 22 do corrente mês, saiu que tinham sido criadas por decreto dêse dia, quando foram criadas por decreto de 17 do corrente mês.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 23 de Fevereiro de 1912. — O Director Geral, *Leão Azeido*.

3.ª Repartição

Por despacho de 15 do corrente:

Anulado, por ser contra lei, o despacho de 12 de Agosto de 1911, que collocou Maria da Conceição Arvelos, professora da escola para o sexo masculino de Samouco, concelho de Alcochete, em comissão na escola paroquial n.º 40, Santa Justa, de Lisboa, com a condição de ser collocada numa escola do sexo feminino de Lisboa quando se vier a dar uma vaga em qualquer delas. Subsiste porém o despacho de 21 de Junho de 1911, que collocou a mesma professora em comissão na referida escola, em quanto durar o impedimento de Ana Augusta Marques de Araújo, professora proprietária do lugar a que essa comissão se refere.

Por despacho de 17 do corrente:

Olinda Augusta Leite Pinheiro, professora da escola primária para o sexo feminino da freguesia de Patáias, concelho de Alcobaça, círculo escolar de Leiria — exonerada, por abandono do lugar.

Declarado sem efeito o despacho de 22 de Setembro de 1910, *Diário do Governo* n.º 215, que suspendeu o provimento definitivo ao professor primário da escola da freguesia de S. Tiago de Cassurrães, concelho de Mangualde, José de Sequeira.

Por despacho de 15 do corrente:

Anulado o despacho de 25 de Novembro de 1911, *Diário do Governo* n.º 290, que nomeou João Dionísio de Carvalho para a escola da freguesia de Cabeço de Vide, concelho do Alter do Chão, ficando, porém, na regência da sua antiga escola da freguesia de Meda de Mouros, concelho de Tábua.

Por despacho de 7 do corrente:

Extinta a escola primária para o sexo feminino da freguesia de Valo de Gavinhas, concelho e círculo escolar de Mirandela, por não ser possível obter casa para a sua instalação.